



Robert Wayne Andrew Slenes, **Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

O fogo africano

Historiadores discutem obra de Robert Slenes sobre família escrava no Brasil

[1] *por João José Reis*

O título deste livro refere-se à imagem usada por um viajante estrangeiro no Brasil, Charles Ribeyrolles, para quem não haveria "uma flor" na senzala - não haveria amor, família, "nem esperanças nem recordações" entre escravos brasileiros. O historiador Robert Slenes, da Universidade Estadual de Campinas, encontrou essa flor. Seu excelente livro combate a opinião, prevalecente entre observadores do passado, e muitos historiadores até recentemente, de que os escravos eram sexualmente promíscuos, não tendo um mínimo de vida familiar normal. Outros pesquisadores vêm publicando sobre o tema, mas por meio dos mais diversos veículos acadêmicos, e agora deste livro, Slenes tornou-se o principal artilheiro nesse campo.

Ele dedica todo o primeiro capítulo a repassar e comentar criticamente a literatura sobre o tema, desde autores que negavam a família escrava (como Florestan Fernandes e Roger Bastide) aos que agora a estudam (como Manolo Florentino, Roberto Góes, Hebe Mattos e Flávio Mota). Nesse capítulo, como nos demais, além de dar conta da historiografia brasileira, ele identifica influências e coincidências entre o que se escrevia aqui e lá fora, nos EUA sobretudo. Sua erudição bibliográfica é mobilizada para iluminar o caso do Brasil mediante a comparação e o uso de boas estratégias de pesquisa desenvolvidas alhures.

Vida familiar escrava

Com efeito, grande parte do livro baseia-se num sistemático e inteligente diálogo, sobretudo com historiadores da escravidão no Sudeste brasileiro. À sua principal base empírica, o município de Campinas, em São Paulo, ele agrega dados de outras regiões levantados por outros pesquisadores para discutir, numa perspectiva comparativa, temas como taxas de nupcialidade, endogamia étnica, relação entre tamanho de plantel e viabilidade de casamento e vários outros aspectos da vida familiar escrava, submetidos a sistemático tratamento quantitativo. Conclui que, em Campinas, típica região escravista do Oeste paulista, a família tem enorme importância para entender os escravos.

Não obstante o grande valor da discussão historiográfica do primeiro capítulo e da impressionante análise demográfica do segundo, estão nos dois capítulos restantes os momentos que considero mais surpreendentes e criativos, talvez os mais polêmicos, desse livro. Neles, Slenes discute a família escrava à luz da cultura africana, mas suas conclusões e métodos vão muito além do tema específico. Tinham os escravos projetos próprios no Brasil e "recordações" da África que os inspirasse em sua implementação? O historiador mostra que sim, contra a opinião preconceituosa de viajantes estrangeiros e literatos nacionais da época, em cujas entrelinhas descobre possíveis sentidos culturais e marcas identitárias da experiência escrava.

A partir de indícios aparentemente insignificantes, amiúde buscados na observação de detalhes em gravuras feitas por viajantes, o autor relaciona, por exemplo, padrões de construção em aldeias africanas com os de senzalas brasileiras, reinterpretando radicalmente as razões de certas soluções arquitetônicas. A ausência de janelas, em particular, vista comumente como recurso de controle senhorial contra fugas, ganha exaustiva explicação "africana". Mesmo que fosse interessante para o senhor que as senzalas não tivessem janelas, os próprios escravos tinham

interesse de que fosse assim, e assim construíam suas próprias casas quando conquistavam o direito de fazê-lo.

Grupos bantos

A África nesse livro não é, entretanto, uma noção vaga. Slenes localiza com a precisão possível as regiões de onde foi importada a grande maioria dos escravos do Sudeste brasileiro no século 19. Eram africanos de grupos linguísticos bantos -bakongo, mbundu, ovimbundo e outros. As conexões feitas entre um e outro lado do Atlântico obedecem uma direção precisa de pesquisa e reflexão. O método alcança ponto alto no último capítulo, na abordagem feita sobre a importância material e simbólica do fogo sempre aceso no interior de senzalas sem janelas, coisa que intrigava senhores e visitantes das fazendas, cuja compreensão mais densa se tornou agora possível. Slenes sugere que fogo africano e família escrava tinham tudo a ver, e quem ler o livro irá descobrir a complexidade dessa relação. Basta dizer que, do detalhe do fogo, o autor chega à cosmovisão banto. É método indiciário de causar inveja a Carlo Ginzburg, embora a influência teórica mais diretamente reconhecida por Slenes seja E.P. Thompson.

E por falar em Thompson, esse livro tem enorme importância para o estudo da resistência escrava. Slenes argumenta que tradições africanas fundamentaram identidades e solidariedades que marcaram a luta de classes no Sudeste escravista. Não foi luta espetacular, de revoltas e quilombos que fizessem manchete, mas sobretudo daquele tipo miúdo, sutil, cotidiano, familiar. Ao contrário de outros estudos sobre o tema -notadamente o excelente "A Paz das Senzalas" (Civilização Brasileira, 1997), de Manolo Florentino e José Roberto Góes-, no de Slenes a família não se constituiu em fator decisivo de pacificação escrava. Concordo com ele, desde que se entenda resistência da maneira ampla acima definida. De qualquer forma, caberia pesquisar sistematicamente se -controlados outros fatores intervenientes- fugas, quilombos e revoltas, formas clássicas de rebeldia, floresceram mais entre escravos com menor chance de constituir família.

Continuidades e mudanças

O estudo da cultura escrava faz parte de um campo de reflexões, bastante familiar a Slenes, fértil sobretudo na pesquisa sobre EUA e Caribe. Esse campo está grosso modo dividido entre os que enfatizam continuidades africanas nas Américas, e os que acentuam mudanças. Slenes escolheu jogar no primeiro time. Assim, entre as muitas e sutis especulações, provas e contraprovas cuidadosamente apresentadas, não são postas em relevo as prováveis mudanças verificadas a partir da interação entre culturas africanas e locais (inclusive "branco-européia"). É como se a casa-grande pouco influísse culturalmente sobre a senzala, ou apenas estabelecesse os limites para sua criação cultural. É de perguntar se, e como, valores senhoriais sobre sexualidade, corte e casamento teriam sido apropriados pelos escravos.

Tem-se a impressão de ter havido pouca troca cultural na experiência escrava no Sudeste do Brasil, exceto aquelas desenvolvidas em torno de uma "gramática cultural" banto básica. Que dizer, a propósito, das trocas e transformações culturais resultantes do encontro entre bantos e outros africanos, que, apesar de minoritários, eram numerosos no Sudeste, sobretudo no período mais estudado por Slenes, a segunda metade do Oitocentos? A África "descoberta" no Sudeste pelos escravos, por meio da família e de outros meios, não era só -embora fosse principalmente- banto.

Mas a abordagem bantocêntrica de Slenes tem um efeito salutar, porque, além de ajudar a corrigir o hábito historiográfico de imaginar o escravo brasileiro sem suas memórias africanas, é um bom antídoto contra um certo nagocentrismo predominante nos estudos afro-brasileiros. Estou certo de que esta será mais uma razão para maior divulgação e receptividade deste livro. Muitos adeptos

e estudiosos das tradições banto, por exemplo, encontrarão aqui fogo bom para sua panela cultural. Além disso, essa meticulosa investigação dos sentidos culturais da família escrava é uma lição de método para quem pretenda estudar qualquer outra "tradição" da África que tenha permanecido em terras brasileiras.

Não quero deixar de comentar mais um aspecto admirável desse livro. O texto de Slenes tem estilo e densidade, sem perder em clareza. Ele será lido como uma aventura de imaginação na pesquisa, pois o autor expõe passo a passo suas dúvidas e soluções provisórias, até chegar a uma "tese". A maioria de nós prefere demonstrar a tese, digamos, sem rodeios, e perde a oportunidade de ensinar com quantas dúvidas a história é afinal escrita.

João José Reis

Professor de história da Universidade Federal da Bahia e autor de
"A Morte É uma Festa" (Companhia das Letras)

[2] *por Douglas Libby*

Visando à desmoralização das forças norte-americanas, era tática do exército britânico, durante a Guerra de Independência, oferecer a liberdade aos escravos que debandassem até as áreas sob seu controle. Cerca de 1900 "desertores" cativos foram embarcados para a Inglaterra, quando da retirada britânica de Nova York em 1783. E, no melhor estilo anglo-saxão, cada um deles foi cuidadosamente registrado em listas elaboradas por oficiais da Marinha Real, listas estas que sobrevivem até hoje.

Entre eles, encontravam-se quatro negros que haviam sido propriedade de ninguém menos que o general George Washington, então comandante supremo do aparato militar da incipiente República e, mais tarde, seu primeiro presidente. Não é difícil imaginar o alarde propagandístico que a imprensa de hoje faria sobre deserções desse calibre, mas, a bem da verdade, até muito recentemente o incidente havia caído em esquecimento total. O resgate veio na magnífica obra de Herbert Gutman, "The Black Family in Slavery and Freedom - 1750-1925", publicada em 1976.

A família Washington, é claro, figurava entre as mais importantes de toda a América britânica. Segundo a lógica das elites brancas, que se achavam em pleno controle do processo de aculturação de seus escravos africanos e nativos, cativos pertencentes a famílias como a dos Washington com certeza adotariam o mesmo sobrenome.

Não obstante, entre os foragidos de tão ilustre proprietário havia um jovem nativo solteiro, cujo nome completo era Daniel Payne. É provável que Washington nunca tenha tomado conhecimento desse fato, mas, se tivesse, seu desgosto por tal "traição" teria sido igual ou maior que a irritação pela perda dos valiosos bens. Nada mais sabemos sobre Daniel, nem se a escolha do sobrenome fora dele mesmo ou de algum de seus antepassados. O que importa aqui é que na adoção de sobrenomes, como em tantas outras escolhas fundamentais ao longo de suas vidas, na medida do possível, os escravos agiam de maneira autônoma, procurando distanciar-se, mesmo que simbolicamente, dos seus senhores. Igualmente importante é notar que, no mais das vezes, esses senhores, e a sociedade branca em geral, nada sabiam sobre o comportamento íntimo dos escravos.

A referência à obra de Gutman não é nada fortuita, pois ela tem constituído uma das maiores e mais importantes inspirações -tanto teóricas quanto metodológicas- das incansáveis pesquisas realizadas por Robert Slenes ao longo deste último quartel de século, pesquisas estas que ora desembocam na publicação de "Na Senzala, uma Flor". Trata-se, desde já, de um marco na

historiografia brasileira e, mais especificamente, na historiografia que lida com nosso passado escravista. Tal avaliação se justifica por três razões básicas.

Em primeiro lugar, com "Na Senzala, uma Flor" caem por terra, e agora de maneira definitiva, velhos mitos produzidos por uma historiografia que enxergava no escravo mera coisa dominada e manipulada pelo senhor e, na senzala, uma promiscuidade animaléscas. Para historiadores do passado, cujas conclusões lamentavelmente ainda se perpetuam nos textos didáticos de primeiro e segundo grau, a noção de que escravos pudessem formar famílias estáveis e, com base nelas, construir comunidades próprias, seria considerada risível. Slenes demonstra, com evidências empíricas sólidas, não apenas a existência regular e extensa de famílias escravas ao longo do século 19, como também de uniões conjugais de considerável duração, além de crianças cuja formação se dava na presença de ambos os pais. Ademais, embora o palco das pesquisas seja o sudeste da "plantation", as evidências mais pormenorizadas e, portanto, mais convincentes, são originárias do município de Campinas, famigerado no oitocentos como terra dos mais temidos e cruéis senhores de escravos de todo o Brasil.

No terreno metodológico, a obra de Slenes só pode ser considerada como majestosa. Ao vincular, no tempo e no espaço, informações oriundas de fontes primárias variadas e, de modo geral tidas como desconexas, este pesquisador se revela um verdadeiro mestre do ofício que é a história. De listas nominativas, censos, matrículas de escravos, registros paroquiais, inventários "post mortem", testamentos e processos criminais e cíveis, entre tantas outras fontes, extraíram-se dados que, tratados com paciência e engenhosidade, vão revelando quadros inusitados da vida escrava, em particular, é claro, da vida em família.

Por mais que esses quadros apontem para uma certa autonomia escrava, o autor nunca perde de vista a dura realidade de um cotidiano no qual o paternalismo escravista assegurava ao senhor a palavra final. A missão a que Slenes se propõe é a de dotar o escravo de seu devido papel histórico, na melhor tradição de E.P. Thompson. Não é sua intenção alentar uma suposta brandura da escravidão brasileira.

"Na Senzala, uma Flor" é profundamente marcado pela enorme dedicação do seu autor à literatura historiográfica e antropológica sobre a África Ocidental. E, como ele próprio nos lembra, não é para menos: a vasta maioria do aproximadamente 1,7 milhão de africanos desembarcados no Brasil durante o século 19 foi arrancada do oeste africano. É óbvio que o constante fluxo de cativos para o Brasil tendia a reforçar as influências africanas enraizadas na cultura escrava brasileira.

Na análise qualitativa, o autor aproveita seus conhecimentos da África na identificação de práticas de origem africana que emprestam novos significados à família e à comunidade escravas e, portanto, à autonomia -relativa, é certo- tão duramente construída ao longo de três séculos de escravidão. Salvo uma ou outra honrosa exceção, os estudiosos da história do Brasil têm ignorado a África. Agora sabe-se com precisão a que custo.

Para finalizar, detenho-me um pouco no capítulo dois, no qual o autor empreende sua análise quantitativa/demográfica. De modo geral, pode ser considerada uma análise pautada em um extremo cuidado, seja no levantamento, seja no tratamento dos dados. Os argumentos sobre a existência e importância da família escrava no sudeste oitocentista dificilmente serão refutados. Com efeito, tendo a concordar com Slenes que a maioria de seus achados é válida para as regiões de "plantation" das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, bem como da Zona da Mata mineira, mesmo em áreas onde as uniões conjugais raramente se beneficiavam do reconhecimento formal da Igreja. Quer dizer que, em boa parte do Sudeste, eram grandes as possibilidades de que as uniões de casais escravos -formais ou consensuais- fossem estáveis e de duração comparável à dos casamentos entre livres, e de que a maioria das crianças cativas gozasse da presença de pai e mãe pelo menos até os 10 anos de idade.

Devido a razões distintas, que não cabe arrolar aqui, as mesmas conclusões seriam válidas para todo o território mineiro e para a província do Paraná também. Ao mesmo tempo, concordo que, com a intensificação do tráfico interno após 1850, essa situação favorável à família não deve ter prevalecido nem no Nordeste nem no Sul do Brasil. Por outro lado, devo avisar que é difícil emprestar à análise demográfica um texto fluido. Neste caso, o capítulo dois brinda (sic) o leitor com algumas das frases mais densas e contorcidas de toda a obra (é que, entre outros cacoetes, o autor é um adepto, para lá de entusiasmado, do uso de parênteses).

Finalmente, confesso que não me convenceram os argumentos acerca do continuado apego de senhores paulistas à "ideologia do casamento" e dos consequentes altos índices de casamentos legalmente reconhecidos entre a escravaria provincial, mesmo após 1850, quando esses índices caíam vertiginosamente nas fazendas fluminenses. Levanto uma hipótese complementar. Que meus muitos amigos paulistas me desculpem, mas São Paulo, até a chegada do café, mal passava de um posto fronteiriço colonial/provincial. O que, para os escravos, era bom negócio. É que, longe das pressões do tráfico negreiro -leia-se da constante predominância numérica masculina-, as populações escravas caminhavam em direção ao equilíbrio entre os sexos e à reprodução natural, pautados em uniões escravas estáveis. Aliás, sabe-se que essa era a situação em várias das vilas paulistas do final do século 18. Isso sugere que é preciso reconhecer que os próprios escravos de São Paulo também se apegavam, por tradição histórica, ao casamento.

Douglas Libby

Professor de história na Universidade Federal de Minas Gerais e autor,
com Eduardo França Paiva, de "A Escravidão no Brasil. Relações Sociais,
Acordos e Conflitos" (Moderna).

* Publicado na Folha de S. Paulo - Jornal de Resenhas; São Paulo, sábado, 10 de junho de 2000.